



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682641 - MA (2021/0234100-9)

**RELATOR** : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ  
**IMPETRANTE** : MIGUEL REIS MENEZES  
**ADVOGADO** : MIGUEL REIS MENEZES - PI010627  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : MARCOS AMORIM DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCOS AMORIM DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (HC n. 0812613-34.2021.8.10.0000).

O paciente foi preso em flagrante como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a necessidade de flexibilização da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, diante do constrangimento ilegal que o paciente vem sofrendo, pois as circunstâncias da prática delituosa não são suficientes para respaldar a constrição cautelar.

Destaca que o acusado não tinha conhecimento que estava transportando entorpecentes, pois foi contratado apenas para dirigir um caminhão.

Aponta a ilegalidade da prisão em flagrante, visto que não houve a comunicação à defensoria pública, tampouco realização de audiência de custódia.

Alega que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes, com ocupação lícita e residência fixa, predados que autorizariam a substituição da prisão por providências cautelares menos gravosas.

Afirma que não teria sido apresentada fundamentação idônea para a manutenção da custódia cautelar na espécie, estando ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão ilegal ou, subsidiariamente, a revogação da custódia cautelar do paciente, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRADO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ESTELIONATO. INDEFERIMENTO LIMINAR DO WRIT. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO**

EVIDENCIADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois o decisum apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a negativa da liminar, uma vez ausentes os requisitos legais para sua concessão, não se evidenciando, na espécie, a plausibilidade jurídica do pedido.

2. Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal, impondo-se a aferição casuística da situação processual.

3. Não se manifesta claramente ilegal a prisão ocorrida em 21 de julho de 2020, pela imputada prática do delito de estelionato.

4. Não havendo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691 do STF, o writ deve ser indeferido liminarmente.

5. Agravo regimental improvido.

(RCD no HC 629.087/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 18/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, especialmente porque o relator consignou que (fl. 73):

*Com relação ao argumento de que existem vícios na prisão em flagrante do paciente, mais especificamente no tocante à falta de comunicação do ato à Defensoria Pública, compreendo, a princípio, que o decreto de prisão preventiva torna superada essa questão, o que será melhor analisado no mérito do mandamus.*

*No que concerne ao fato da audiência de custódia não ter sido realizada pelo magistrado que homologou o flagrante, verifico, a par da decisão vergastada, justificativa idônea para tanto, cumprindo destacar o seguinte excerto da ementa abaixo transcrita, oriunda do Superior Tribunal de Justiça:*

*[...]*

*Por fim, quanto ao argumento de que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, importa destacar que somente a decisão flagrantemente afrontosa aos preceitos constitucionais e legais, ou absolutamente destituída de fundamentação, enquadra-se em situação conducente à concessão do pleito liminar na via heroica, máculas estas que, aprioristicamente, não visualizei no caso sob testilha.*

*Nesse juízo de cognição sumária, entendo, ao contrário do que aduz a impetração, que o decreto prisional está calcado em provas da materialidade delitiva e indícios de autoria, bem como na gravidade concreta do delito perpetrado, evidenciada na elevada quantidade de substância entorpecente*

*encontrada em poder do paciente.*

*Não bastassem tais considerações, que, a mim, mostram-se suficientes para não acolher o pleito liminar, percebo que toda linha argumentativa do writ trilha a suposta ilegalidade da segregação cautelar, matéria esta que, obviamente, diz respeito ao mérito da impetração, cuja análise compete ao órgão colegiado, após as informações a serem prestadas pela autoridade impetrada e do parecer ministerial.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência